



Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral do Estado

**XXXII Seleção de Estagiários para a área de Direito da Procuradoria
Geral do Estado do Amazonas - Maio / 2018**

Nº _____

(a ser preenchido pela PGE/AM)

ATENÇÃO:

- Não será permitida qualquer forma de identificação do candidato na folha de resposta;
- Não é permitida a consulta a qualquer legislação (**nem mesmo à Constituição Federal**), doutrina, impressos ou anotações;
- Não é permitida a retirada de nenhuma das folhas integrantes desse caderno de prova;
- A prova tem duração de 03 (três) horas;
- A divulgação do gabarito e do resultado será por meio do site www.pge.am.gov.br

Nome: _____

C. Identidade: _____

N. Controle/PGE: _____



Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral do Estado

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) Não será objeto de processo legislativo para elaboração de Emenda Constitucional:

- a) a proposição que tenha por finalidade abolir o voto obrigatório;
- b) a proposição que vise restringir o alcance de direito fundamental;
- c) a criação de pena de morte no Brasil, para além da hipótese de guerra declarada;
- d) todas as anteriores;
- e) nenhuma das anteriores;

2) A Administração Pública rege-se pelos seguintes princípios:

- a) legalidade;
- b) impessoalidade;
- c) moralidade;
- d) todas as anteriores;
- e) nenhuma das anteriores;

3) Qual dos seguintes órgãos do Poder Judiciário não possui função jurisdicional:

- a) Superior Tribunal Militar;
- b) Tribunal Superior Eleitoral;
- c) juízes eleitorais;
- d) Conselho Nacional de Justiça;
- e) Tribunais Regionais Federais;

4) A Ação Declaratória de Constitucionalidade visa o reconhecimento da compatibilidade com a Constituição da República de:

- a) lei ou ato normativo de qualquer ente federativo;
- b) lei federal;
- c) ato infralegal federal;
- d) lei ou ato normativo federal e estadual;
- e) lei ou ato normativo federal;

5) Não poderá concorrer para o cargo de Presidente da República, ainda que se desincompatibilize do cargo ou função:

- a) Embaixador do Brasil na Itália;
- b) Ministro do Supremo Tribunal Federal;
- c) Oficial das Forças Armadas;
- d) Presidente da Câmara dos Deputados;
- e) Ministro do Superior Tribunal de Justiça naturalizado brasileiro;

PROCESSO CIVIL

6) João, residente e domiciliado em Manaus, pretende ajuizar uma Ação de Cobrança contra o Estado do Amazonas, no valor de R\$100.000,00. Considerando a existência de Vara da Fazenda Pública Estadual na Comarca de Manaus, bem como a existência de Varas Cíveis, assinale a assertiva correta:

- a) João poderá escolher ajuizar em uma vara cível comum ou na vara da fazenda estadual, pois se trata de hipótese de competência relativa;
- b) Em se tratando de ação de cobrança, a competência é da Vara Cível;
- c) A competência é da Vara da Fazenda Pública estadual em razão da matéria, que tem competência absoluta para processar e julgar a lide.
- d) A competência é da Vara da Fazenda Pública estadual em razão da pessoa, sendo de natureza absoluta.

7) Sobre as condições da ação (ou requisitos da ação), assinale a afirmativa correta:

- a) São condições da ação as partes, causa de pedir e pedido;
- b) Pela teoria da asserção, o órgão judicial ao apreciar as condições da ação, o faz a vista do que fora alegado pelo autor, sem analisar o mérito, abstratamente, admitindo-se em caráter provisório, a veracidade do que fora alegado;
- c) A possibilidade jurídica do pedido é uma das condições da ação expressamente prevista no novo CPC;
- d) Caso tenha sido escolhido um procedimento inadequado para a pretensão do autor, haverá ausência de interesse de agir-necessidade.

8) Suponha que o Estado do Amazonas é autor em uma ação movida contra a empresa LUCROGRANDE, ação esta de cunho indenizatório por inadimplemento de um contrato administrativo. Após o Estado do Amazonas juntar alguns documentos aos autos, o juiz profere um despacho no seguinte sentido: "Intime-se o réu para se manifestar em 5 dias.". A intimação do Advogado do réu se dá por Diário de Justiça Eletrônico, com



Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral do Estado

disponibilização no dia 03 de maio de 2018 (quinta-feira). Considerando hipoteticamente a ausência de feriados durante todo o mês de maio, o prazo final para a empresa se manifestar será no dia:

- a) 11 de maio de 2018;
- b) 10 de maio de 2018
- c) 8 de maio de 2018;
- d) 18 de maio de 2018;

9) O Estado do Amazonas solicitou a realização de uma perícia no curso de um processo judicial. Todavia, o juiz negou-a, sob o fundamento de que era desnecessária ao deslinde da controvérsia. O Procurador do Estado recebe a intimação do despacho e lhe pergunta qual a medida a ser adotada. Neste caso, a medida adequada é:

- a) Interpor Agravo de Instrumento, no prazo de 15 dias úteis;
- b) Interpor Agravo Retido, no prazo de 15 dias úteis;
- c) Aguardar eventual Recurso de Apelação ou Contrarrazões, a fim de nesta peça suscitar a irresignação contra a decisão;
- d) Interpor Agravo de Instrumento, no prazo de 30 dias úteis.

10) Cabe ação rescisória nas seguintes hipóteses, exceto:

- a) for proferida por juiz suspeito ou por juízo relativamente incompetente;
- b) Ofender a coisa julgada;
- c) obtiver o autor, posteriormente ao trânsito em julgado, prova nova cuja existência ignorava ou de que não pôde fazer uso, capaz, por si só, de lhe assegurar pronunciamento favorável;
- d) for fundada em erro de fato verificável do exame dos autos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

11) A faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e o gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade e do próprio Estado, denomina-se:

- a) poder disciplinar.
- b) poder discricionário.

- c) poder hierárquico.
- d) poder vinculado.
- e) poder de polícia.

12) A invalidação dos atos administrativos pelo Poder Judiciário pode ocorrer por:

- a) revogação, em consequência da apreciação do mérito do ato administrativo.
- b) anulação e revogação, indiferentemente.
- c) revogação.
- d) anulação.
- e) anulação por motivos de conveniência e oportunidade.

13) A responsabilidade civil objetiva da Administração consagra:

- a) a teoria da culpa administrativa.
- b) a teoria do risco integral.
- c) a teoria do risco administrativo.
- d) a teoria do dolo administrativo.
- e) a teoria da culpa consciente.

14) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários:

- a) a de três cargos de professor.
- b) a de dois cargos de professor com outro técnico ou científico.
- c) a de três cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.
- d) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico.
- e) a dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, independentemente da profissão estar regulamentada.

15) O servidor público estável perderá o cargo:

- a) somente em virtude de sentença judicial transitada em julgado.
- b) mediante sindicância administrativa.
- c) mediante sindicância administrativa com as garantias do contraditório e da ampla defesa
- d) mediante processo administrativo disciplinar em que lhe seja assegurada ampla defesa
- e) mediante sindicância de investigação patrimonial em que fique caracterizado o enriquecimento ilícito.



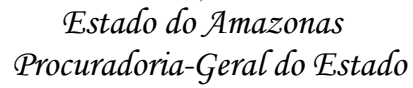
Estado do Amazonas
Procuradoria-Geral do Estado

**XXXII Seleção de Estagiários para a área de Direito da
Procuradoria Geral do Estado do Amazonas
Maio/2018**

CARTÃO RESPOSTA

Marcar com X a resposta correspondente.

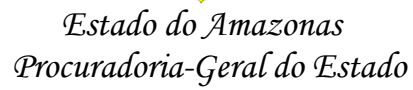
DIREITO CONSTITUCIONAL					
QUESTÃO	RESPOSTA				
01	A	B	C	D	E
02	A	B	C	D	E
03	A	B	C	D	E
04	A	B	C	D	E
05	A	B	C	D	E
DIREITO PROCESSO CIVIL					
06	A	B	C	D	E
07	A	B	C	D	E
08	A	B	C	D	E
09	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
DIREITO ADMINISTRATIVO					
QUESTÃO	RESPOSTA				
11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E



DIREITO CONSTITUCIONAL

FOLHA DE RESPOSTA – DIREITO CONSTITUCIONAL

[illegible]



Há distinção entre estabilidade e efetividade? Justifique.

[illegible]